



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



- REQUERIMENTO Número /XI (2.^a)
- PERGUNTA Número 2752/XI (2.^a)

Expeça-se

Publique-se

2011 103 105

O Secretário da Mesa

Assunto: Isenção de direitos aduaneiros aos produtos paquistaneses

Destinatário: Ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

No passado dia 21 de Setembro de 2010 foi enviada a V.exa uma pergunta assinada por um conjunto de deputados do Grupo Parlamentar do PSD e, até à data, não nos foi remetida qualquer resposta.

A urgência do assunto obrigava, e obriga, a que as tomadas de posição não se adiem e sejam coincidentes com os interesses nacionais.

Também a 29 de Dezembro de 2010 esta Assembleia publicou em Diário da República uma projecto de resolução que visa o acompanhamento da execução da decisão do Conselho da União Europeia da redução dos direitos aduaneiros sobre importações essenciais provenientes do Paquistão, aprovada por unanimidade no mês anterior e elaborada em sede de Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia por todos os partidos – também neste caso, e em concreto relativamente a 4 das recomendações ao Governo (abaixo transcritas) não obtivemos qualquer retorno.

A saber:

1 – Foi já requerido à Comissão Europeia a elaboração do estudo de impacto referido no ponto 2?

Da Resolução aprovada:

2 – Solicite à Comissão Europeia a realização do estudo de impacto desta derrogação em cada país;

2 – Para quando a apresentação do estudo de impacto desta medida na Indústria portuguesa?

Da Resolução aprovada:

3 – Proceda a um levantamento do impacto desta medida na Industria Portuguesa, quer ao nível sócio económico quer ao nível do emprego.

3 – Continuamos a aguardar que o Governo informe a Assembleia da República sobre a articulação prática desta medida, tendo consciência que o processo ainda aguarda a decisão da Organização Mundial de Comércio? De que forma está o Governo a monitorizar a evolução deste processo?

Da Resolução aprovada:

4 – Avalie e informe a Assembleia da República quanto à forma como esta decisão vai ser implementada e operacionalizada pelas instâncias europeias responsáveis e haja lugar a uma monitorização da respectiva implementação.

5 – Algumas destas recomendações foi tida em conta e/ou vai ser aplicada para breve? De que forma? Se não estas, que outras medidas poderão estar a ser pensadas para minimizar os efeitos negativos para a indústria deste sector?

Da Resolução aprovada:

5 – Sejam tomadas iniciativas tendentes a minimizar os efeitos da medida sobre a indústria têxtil nacional, criando mecanismos de compensação, permitindo às empresas do sector entrar em novos mercados, nomeadamente através: do acompanhamento do Governo nas suas missões empresariais; da promoção das empresas do sector têxtil em publicações oficiais do Estado; da promoção das marcas nacionais, com a participação em feiras e eventos; da disponibilização de informação que apoie as empresas do sector na sua estratégia de entrada em novos mercados.

Palácio de São Bento, 3 de Março de 2010,

Os Deputados do PSD

Guilherme Reis

(Nuno Reis)

Carlos Luís Martins (C.L.M.)